

MÉTODO HISTÓRICO E CRÍTICA POLÍTICA NA HISTORIOGRAFIA PRODUZIDA POR EDUARDO PRADO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Historiography produced by Eduardo Prado at the end of the 19th century

Método histórico y crítica política en la historiografía producida por
Eduardo Prado al final del siglo XIX

RODRIGO PEREZ^{1*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250605>

¹Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

^{*}Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutorado na Universidade Complutense de Madrid. E-mail: rodrigoperez@ufba.br

 <https://orcid.org/0000-0002-9584-944X>

Artigo recebido em : 02 de janeiro de 2025 e aprovado para publicação em 18 de setembro de 2025.

Editora responsável: Juliana Marques.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a articulação entre método histórico e crítica política na historiografia desenvolvida pelo escritor paulista Eduardo Prado na transição do século XIX para o século XX. Nesse momento, Prado notabilizou-se nacional e internacionalmente como o principal adversário da jovem República brasileira. A reflexão está dividida em três partes: primeiro, será examinado como o autor mobilizou os valores epistemológicos do método histórico para confrontar o governo brasileiro nos livros *Fastos da ditadura militar brasileira* e *Ilusão americana*, publicados, respectivamente, em 1890 e 1893. Em seguida, será observada a correspondência que Eduardo Prado trocou com interlocutores como Paranhos Jr, Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu, em que é possível entender algo sobre a lógica dos procedimentos historiográficos na cena intelectual brasileira finissecular. Por último, é analisado como Prado tomou a crítica à República brasileira como ponto de partida para suas pesquisas sobre a colonização portuguesa na América, publicadas no final da década de 1890.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Método histórico, Crítica política, Eduardo Prado.

ABSTRACT

This article examines the articulation between the historical method and political criticism in the historiography developed by the São Paulo writer Eduardo Prado during the transition from the 19th to the 20th century. At this time, Prado became known nationally and internationally as the main opponent of the young Brazilian Republic. The discussion is divided into three parts: first, I examine how the author mobilized the epistemological values of the historical method to confront the Brazilian government in the books *Fastos da ditadura militar brasileira* and *Ilusão americana*, published in 1890 and 1893, respectively. Next, I analyze the correspondence that Eduardo Prado exchanged with interlocutors such as Paranhos Júnior, Joaquim Nabuco, and Capistrano de Abreu, which sheds light on the dynamics of historiographical procedures in the Brazilian intellectual scene at the turn of the century. Finally, I discuss how Prado took criticism of the Brazilian Republic as a starting point for his research on Portuguese colonization in America, published in the late 1890s.

KEYWORDS: Historiography, Historical method, Political criticism, Eduardo Prado.

RESUMEN

Este artículo tuvo por objetivo analizar la articulación entre el método histórico y la crítica política en la historiografía desarrollada por el escritor paulista Eduardo Prado en la transición del siglo XIX al siglo XX. En aquel momento, Prado se destacó nacional e internacionalmente como el principal adversario de la joven República brasileña. La reflexión se divide en tres partes: en primer lugar, se examinará cómo el autor movilizó los valores epistemológicos del método histórico para confrontar al Gobierno brasileño en los libros *Fastos da ditadura militar brasileira* e *Ilusão americana* publicados, respectivamente, en 1890 y 1893. En segundo lugar, se examinará la correspondencia que Eduardo Prado mantuvo con interlocutores como Paranhos Jr, Joaquim Nabuco y Capistrano de Abreu, en la que es posible comprender algo sobre la lógica de los procedimientos historiográficos en la escena intelectual brasileña de finales de siglo. Por último, se analiza cómo Prado tomó la crítica a la República brasileña como punto de partida para sus investigaciones sobre la colonización portuguesa en América publicadas a finales de la década de 1890.

PALABRAS CLAVE: Historiografía, Método histórico, Crítica política, Eduardo Prado.

INTRODUÇÃO

No monarquismo de Eduardo Prado entravam elementos muito diversos. Humilhava-o a inauguração de levantes e pronunciamentos militares vigentes na América espanhola, do que o Brasil tinha se mantido imune; chocava seus instintos de artista ver abolida uma instituição antiga, a única antiguidade americana, elo que prendia uma cadeia ininterrupta de nove séculos; indignava-o a indiferença, a bestialização dentro do país; ofendia-o a ironia do estrangeiro; e em todos esses sentimentos confirmou-o o rumo que assumiam as coisas. [...] Eduardo Prado, de História, possuiu conhecimentos extensos e profundos e tinha orgulho muito justo e legítimo de ser um dos especialistas no assunto (Abreu, 1901).

Em 5 de setembro de 1901, Capistrano de Abreu publicou nas páginas do *Jornal do Comércio* o necrológio de Eduardo Prado, escritor paulista morto poucos dias antes, em 30 de agosto, vítima de febre amarela. Ao que tudo indica, Prado contraiu a doença em viagem ao Rio de Janeiro, onde esteve entre 8 e 26 de agosto para ser nomeado sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Perez, 2015). Desde 1897, Prado já era membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 40. O ingresso no IHGB significou a consagração definitiva daquele que foi um dos principais personagens na cena política e intelectual brasileira na transição do século XIX para o século XX. Prado se notabilizou ao enfrentar os primeiros governos republicanos em defesa da restauração da Monarquia, tornando-se, assim, uma das lideranças do movimento restaurador (Berriel, 2023; Gomes, 2008; Janoti, 1992; Leonzo, 1993)¹.

Todo esse engajamento colocou Eduardo Prado na alça de mira dos governos militares que controlaram a República brasileira entre 1889 e 1894, o que o levou a fugir do Brasil em julho de 1893, logo depois da publicação do livro *A ilusão americana*, quando o governo liderado por Floriano Peixoto ordenou sua prisão. Como o porto do Rio de Janeiro estava monitorado pelo Exército, a fuga aconteceu pelo porto de Salvador. O destino foi Paris, onde o autor continuou escrevendo contra a República, fazendo de seu apartamento na rua Rivoli o lugar de encontro para outros intelectuais brasileiros que também criticavam o regime, como José da Silva Paranhos Jr., Joaquim Nabuco e Afonso Celso (Motta Filho, 1967; Pagano, 1967).

Capistrano de Abreu não era um estreante na escrita de obituários. Mais de vinte anos antes, em 1878, no mesmo *Jornal do Comércio*, o historiador cearense assinou o necrológio a Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro. Nos dois textos, Capistrano aborda aquilo que considerava ser a contribuição dos homenageados aos estudos históricos brasileiros. A “homenagem” a Varnhagen foi um tanto controversa, pois ao mesmo tempo que elogiou o “trabalho ciclópico” que o “historiador da pátria” teria feito nos arquivos,

Capistrano criticou seu estilo, que “às vezes” obrigaria o leitor a “voltar a página e fechar o volume”. Também a orientação ideológica do morto foi criticada, com Capistrano afirmando que Varnhagen era “prevenido” e “severo” com as “fibras populares” que “ensaivavam a formação nacional” (Abreu, 1878). O visconde de Porto Seguro, decreta Capistrano de Abreu, “não teria hesitado em assinar a mesma sentença que o desembargador Diniz” (Abreu, 1878), em referência ao magistrado que condenou Tiradentes à morte no contexto da Conjuração Mineira. Com Eduardo Prado, a abordagem foi mais generosa, com a adesão à Monarquia não sendo vista como um problema, e considerada perfeitamente compatível com o ofício do historiador, que Prado teria desempenhado com excelência. É este o mote que tomamos como inspiração neste artigo, que tem o objetivo de analisar como Eduardo Prado combinou o rigor do método histórico com a crítica política à República brasileira ao longo da primeira década de existência do regime.

Organizamos a reflexão em três momentos. Primeiro, analisamos os textos que Eduardo Prado escreveu no calor dos embates que travou com as instituições republicanas entre o final da década de 1880 e os primeiros anos da década de 1890. Em seguida, examinamos a correspondência que o autor trocou com os seus principais interlocutores, pois acreditamos que neste tipo de documentação é possível entender algo a respeito das práticas historiográficas no Brasil do final do século XIX. Por último, nos debruçamos sobre os textos que Eduardo Prado escreveu na segunda metade da década de 1890, dedicados ao estudo da história da colonização portuguesa na América.

O MÉTODO HISTÓRICO COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À REPÚBLICA NOS LIVROS *FASTOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA* E *A ILUSÃO AMERICANA*

Na ocasião da Proclamação da República, Eduardo Prado estava em Portugal, frequentando o círculo social formado por importantes nomes das letras portuguesas, como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e outros membros da “Geração de 1870” (Moreira, 2012; Perez, 2017). Foi Eça de Queirós o primeiro editor a publicar os textos de enfrentamento que Prado escreveu à República brasileira. Já em dezembro de 1889, a *Revista de Portugal*, dirigida por Queirós, publicou o primeiro de uma série de cinco artigos em que Eduardo Prado denunciava o que considerava ser os crimes cometidos pela “ditadura militar brasileira”. Em 1890, os cinco artigos foram reunidos e publicados no livro *Fastos da ditadura militar brasileira*. Os textos repercutiram bastante, sendo traduzidos e publicados em jornais alemães, ingleses e franceses, o que levou o governo brasileiro a enviar à Europa o jornalista

Eduardo Salomonde para defender o regime. O jornal *A República Portuguesa* foi o espaço utilizado por Salomonde, contando para isso com o ajuda do publicista português José Pereira de Sampaio, o Bruno, o principal adversário que Eduardo Prado enfrentou na sua campanha internacional contra a República brasileira (Perez, 2015).

Há dez dias que o cabo submarino tem transmitido da América do Sul para a Europa, na concisão do estilo telegráfico, notícias surpreendentes, que chamaram para aquela parte do mundo a atenção de todos, mesmo dos que, em tempo ordinário, jamais pensam no que vai pelo ocidente, ao sul do Equador. [...] Narrar a verdade dos acontecimentos materiais não é coisa possível; o telégrafo está lacônico, faltam os antecedentes; e carecemos dos detalhes intermediários que só podem dar uma aparência de lógica ao que, à primeira vista, se afigura inexplicável. Diante disso, só nos resta ao esforço do mero cronista, que narra o acontecimento sem investigar as causas (Prado, 2003 [1890], p. 3).

A citação pode ser encontrada nas páginas iniciais do artigo “Os acontecimentos do Brasil”, publicado na *Revista de Portugal* em dezembro de 1889. Em sua estreia na imprensa europeia, Prado afirmou a impossibilidade de “narrar a verdade” a respeito das circunstâncias nas quais a República foi instituída no Brasil porque as notícias que chegavam do país seriam lacunares e imprecisas.

A tropa em estado de revolta. Reina tranquilidade. — O imperador em Petrópolis. Completa paz. — Foi preso o ministério. População calma. — Foi proclamada a República. Tudo inalterado. — O imperador preso no seu palácio. Ordem perfeita. Eis a concisa maneira de se fazer e de se telegrafar a história neste fim de século por parte de tiranos que tentam esconder a verdade dos fatos (Prado, 2003 [1890], 3).

A ausência de fontes confiáveis impediria a “investigação das causas” do acontecimento em questão, limitando o texto ao estatuto da crônica, considerado inferior na hierarquia epistemológica estabelecida pelo autor. Essa inferioridade, no entanto, não se explicava por simples dificuldades técnicas na produção adequada do arquivo ou na disponibilização do material. No seu esforço de desqualificar a República na Europa, Eduardo Prado acusou as autoridades brasileiras de boicotarem deliberadamente o acesso às informações necessárias para a devida apreciação e análise do que estava acontecendo no país. O autoritarismo dos líderes do regime, portanto, se manifestaria, também, no impedimento proposital de uma escrita da história que fosse capaz de trazer à luz do dia a verdade dos fatos. Prado concentrou a crítica em Rui Barbosa, então ministro da fazenda do governo provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Chega depois a notícia da nova bandeira, seguida dos novos selos do correio; e, por último, o ministro da fazenda, Rui Barbosa, um antigo inimigo pessoal de Pio IX e Leão XIII, adversário feroz do *Syllabus*, anuncia piedosamente à Europa que o arcebispo primaz da Bahia deu a sua benção ao novo governo. Eis aí uma história telegráfica da revolução brasileira (Prado, 2003 [1890], p. 4).

Novamente, o autor aponta a insuficiência da “história telegráfica”, sugerindo que a narrativa desenvolvida pelo *establishment* republicano apenas informava os acontecimentos recentes, escondendo as informações que permitissem uma avaliação mais completa do cenário. Rui Barbosa seria o responsável por essa operação de apagamento histórico. Prado e Barbosa tinham sido colegas na Faculdade de Direito de São Paulo, chegando a dirigir juntos o jornal estudantil *A Comédia* no início da década de 1880 (Perez, 2015). Porém, a adesão de Rui Barbosa à intervenção militar que implementou a República impactou profundamente Eduardo Prado, que definiu o jurista baiano como o “bacharel inimigo do catolicismo que vendeu sua pena à ditadura e agora tenta esconder do mundo civilizado a verdade do que está acontecendo no Brasil” (Prado, 2003 [1890], p. 5). Rui Barbosa estaria falseando a realidade ao liderar a divulgação seletiva e limitada das informações, das fontes, o que inviabilizaria o gesto cognitivo capaz de “revelar com a exatidão a verdade dos fatos” (Prado, 2003 [1890], p. 5). Eduardo Prado estava convencido de que a primeira violência que a República brasileira estaria cometendo contra as liberdades políticas era o atentado à verdade histórica. O conhecimento da verdade relativa à queda da Monarquia estaria sendo obstaculizado por uma ditadura militar que, ao não disponibilizar as informações necessárias, impedia a “devida investigação” das causas queda da Monarquia e da Proclamação da República, obrigando o analista a se contentar com a posição do “mero cronista”, na expectativa de que no futuro fosse “possível conhecer a história e assim resgatar do esquecimento a verdade do que aconteceu no Brasil em 15 de novembro” (Prado, 2003 [1890], p. 21).

Poucos anos depois, no livro *A ilusão americana*, publicado em 1893, o próprio Eduardo Prado colocou-se na posição desse historiador que devidamente municiado pelas fontes seria capaz de escrever a “verdadeira história” da jovem República brasileira. Como já comentamos, foi esse o livro que efetivamente colocou o governo militar brasileiro no seu encaixe, tornando-se o texto mais conhecido de Prado, traduzido em diversos idiomas e reeditado inúmeras vezes ao longo do século XX (Perez, 2015).

Este trabalho, já editado no Brasil e agora reimpresso no estrangeiro, mereceria vir de novo à luz, ainda na falta do próprio interesse. Este despretenso escrito foi confiscado e proibido

pelo governo republicano do Brasil. Possuir este livro foi delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito (Prado, 1980 [1893], p. 15).

No livro, Prado analisou fontes primárias e elaborou abundante revisão da bibliografia especializada, com o objetivo de denunciar aquilo que considerava ser a mentira que sustentava o discurso oficial da República brasileira: a existência de uma suposta fraternidade entre as nações americanas manifestada na “vocação republicana” do continente, o que faria da Monarquia um corpo estranho no Novo Mundo (Armani, 2020; Felgueiras, 1999).

Onde é que se foi descobrir na história que todas as nações de um mesmo continente devem ter o mesmo governo? E onde é que a história nos mostrou que essas nações têm por força de ser irmãs? Afinal, em plena Europa monárquica não existem da França e a Suíça republicanas? Para desvelar a hipocrisia dessa falácia nada melhor do que a cuidadosa investigação na história do continente americano (Prado, 1980 [1893], p. 17).

A “cuidadosa investigação” atravessa a história americana durante o século XIX, começando na década de 1820, tomando a “Doutrina Monroe” como ponto de partida, quando teria sido estabelecida a relação de dominação e violência que os Estados Unidos passariam a impor ao restante do continente. Assim, Eduardo Prado colaborou para o desenvolvimento de uma tradição intelectual iberista no pensamento social brasileiro, comprometida em destacar os aspectos positivos da colonização ibérica e católica nos trópicos, contrastando-os com o utilitarismo individualista e protestante atribuídos à colonização inglesa, representada pelos Estados Unidos (Carvalho, 2008). A forma violenta com a qual os Estados Unidos teriam tratado a América Latina ao longo de todo do século XIX seria o desdobramento dessa cultura individualista e utilitarista alheia aos costumes brasileiros e que estimulava mais a competitividade do que a solidariedade. Nesse sentido, a Proclamação da República significaria, também, a ruptura dos laços com a Europa, especialmente com Portugal, país ao qual o Brasil deveria o catolicismo, a estabilidade histórica e a própria existência como “nação civilizada”. Ao contar a história da América na chave do imperialismo estadunidense, Prado não estava apenas negando a tese republicana de que o Brasil deveria se afastar da Europa e se aproximar dos Estados Unidos; estava também afirmando aquilo que considerava ser a missão civilizatória que a colonização ibérica, sobretudo a portuguesa, teria realizado no continente americano. Como mostramos na última seção deste artigo, a colonização portuguesa na América se tornaria o principal tema da historiografia pradiana ao longo da segunda metade da década de 1890. O livro *Ilusão americana*, portanto, inaugurou a crítica ao panamericanismo, que nos primeiros anos da República defendeu o total alinhamento do Brasil com os

Estados Unidos e que encontrou em Salvador Mendonça seu principal representante (Campos, 2019). Para Eduardo Prado, esse alinhamento era não somente um erro estratégico, mas, também, um ato de violência contra a história e as tradições brasileiras e uma ameaça à soberania nacional.

Quer se apresentar o governo americano aos brasileiros como o grande amigo das nações deste continente, como o seu protetor nato, e, no furor de isso demonstrar, há jornais brasileiros, de tão atrofiado patriotismo, que chegam a colocar o Brasil como que debaixo do protetorado americano, fazendo do Rio de Janeiro o vassalo e de Washington o suserano. É contra esta falsa ideia, contra este esquecimento do pundonor nacional, que queremos reagir, lembrando aos nossos patriotas o que tem sido a política americana (Prado, 1980 [1893], p. 11).

Atuando, ao mesmo tempo, como historiador e crítico do processo político, Eduardo Prado tinha compromisso com a memória, pretendendo combater o que acreditava ser o “esquecimento coletivo” em relação aos reais interesses dos Estados Unidos na América, sobretudo no Brasil. Ao analisar a “Doutrina Monroe”, o autor citou o texto original que o Presidente James Monroe leu no Congresso estadunidense em 1823 e examinou a interpretação que George Samper, escritor colombiano, fez do assunto:

[O sr Samper] interpretou erroneamente as intenções dos diplomatas dos ESTADOS UNIDOS com a promulgação da Doutrina Monroe; deixando-se levar pelo espírito emancipacionista daqueles tempos, o autor colombiano não teve o distanciamento necessário para fazer uma correta análise crítica das fontes (Prado, 1990 [1893], p. 25).

Logo após criticar o escritor colombiano, Prado se debruça sobre as atas do Congresso Estadunidense, citando e referenciando alguns discursos do diplomata William Tudor, definido como “general sem escrúpulos” e “patriarca da corrupção na sua pátria [que] em suas mensagens ao Congresso exprime-se com grosseira arrogância em relação ao Brasil e aos outros países da América do Sul” (Prado, 1990 [1893], p. 34). Para fundamentar sua interpretação, Prado cita o discurso que Tudor pronunciou no Congresso dos Estados Unidos em outubro de 1830. “É preciso, diz o secretário Tudor, não diminuir as nossas forças, que são indispensáveis para a defesa dos nossos interesses perante aqueles governos instáveis e incapazes” (Prado, 1990 [1893], p. 34). A citação vem acompanhada de uma nota de rodapé, na qual Prado informa ao seu leitor a fonte na qual coletou o trecho: “U.S. Senate Documents: Congress 21 st. Ses. 2, 1830 e 31, vol. I, pág. 38. Doc I” (Prado, 1990 [1893], p. 34). Esse padrão de citação acompanha todo o livro, sendo reiterado em cada uma das notas de rodapé destinadas à localização das fontes. O texto de Prado adota os procedimentos considerados indispensáveis para

que o estatuto de escrita historiográfica lhe seja autorizado². Por isso, diferente do que fez em *Fastos e Ilusão americana*, Prado não se define como “cronista”, mas, sim, como o executor de uma “cuidadosa investigação histórica”.

As relações entre os países latino-americanos também foram objeto da reflexão de Eduardo Prado, sobretudo aquelas que envolviam conflitos, como foi o caso da guerra travada por Chile e Peru entre 1879 e 1883. O acontecimento despertou o interesse do autor porque era visto como comprovação para sua tese, ou seja, de que a “fraternidade americana” tão alardeada pelas autoridades republicanas era uma fraude. Afinal, como seria possível sustentar a existência de uma “irmandade entre as nações americanas sustentada no consenso republicano se duas repúblicas sul-americanas travaram uma guerra mais sanguinolenta que a guerra da Tríplice Aliança?” (Prado, 1980 [1903], p. 85). Era importante para o autor afirmar que a guerra entre Peru e Chile havia sido ainda mais violenta do que a guerra travada pela Monarquia brasileira contra o Paraguai, pois seu interesse era negar o argumento republicano de que a Monarquia seria incompatível com a América. Ainda debruçado sobre a guerra entre Peru e Chile, Prado apresenta informações e relatórios militares que são tratados como a prova de que a derrota peruana se explicaria pela fragilidade do Exército daquele país, que teria sido o resultado do excesso de politização dos militares peruanos.

Nessa guerra havia: de um lado, o pequeno exército chileno triplicado pelo número de voluntários; do outro, havia dois exércitos desmoralizados por longos anos de intervenções na política, desorganizados pelos pronunciamentos, desprestigiados pelas confraternizações, aviltados pelas traições e pelas falsidades que são a sorte comum da vida de todo o exército que se mete em política (Prado, 1980 [1893], p. 86).

Não era apenas o exército peruano que Eduardo Prado tinha em mente ao associar a politização dos militares com indisciplina e ineficiência. O principal objeto da crítica eram os militares brasileiros envolvidos no “pronunciamento” que derrubou a Monarquia e implementou a República. O espaço que o autor dedicou aos dados que explicariam os motivos da derrota peruana indicam como o militarismo político tornou-se um dos temas principais da sua crítica à República, colaborando, inclusive, para a historiografia especializada nas relações entre os militares e a política que se consolidaria no Brasil ao longo do século XX (Perez, 2025b). No texto de Prado, a crítica política aciona o procedimento metodológico, que, por sua vez, sustenta a própria crítica. Uma coisa depende da outra. Nesse aspecto específico, ele não buscou inspiração nos pais fundadores da ciência

histórica, que desaconselharam o estudo de acontecimentos contemporâneos, seja pelo risco de comprometer a “imparcialidade”, entendida como “interesse universal”, de acordo com advertência de Ranke, ou mesmo pela própria necessidade do decurso do tempo para a devida compreensão dos fenômenos históricos, pois, nas palavras de Humboldt (2010, p. 83), a “verdade histórica” seria como as “nuvens, que somente ganham forma à distância dos olhos”.

A combinação entre método histórico e crítica política pode ser percebida também nos artigos dos *Fastos da ditadura militar brasileira*, ainda que o autor tenha definido o texto como uma “simples crônica”, como vimos há pouco. Ao abordar as práticas de violência política que estariam sendo perpetradas pelo governo brasileiro, Prado revelou-se bastante cuidadoso na exata citação das fontes de suas informações. Diz o autor que

A República brasileira significa para o povo a escola do servilismo e do rebaixamento e para o governo é a irresistível tentação do capricho e da vaidade – quando não seja a tentação do crime, daí vem os fuzilamentos do Maranhão, os tormentos infligidos aos prisioneiros” (Prado 2003 [1890], p. 43).

Escrevendo para os leitores europeus, Prado disse que o governo brasileiro estava fuzilando e torturando os seus opositores. Uma acusação dessa gravidade precisava ser sustentada com maior rigor e o autor sabia disso, tanto que ao final da citação ele apresenta ao leitor uma nota de rodapé que ocupou praticamente a metade da página, na qual são arrolados trechos de diversos jornais brasileiros que comprovariam as acusações, sendo que as citações foram devidamente referenciadas, com o nome do jornal e a data da matéria, pois “as páginas da imprensa brasileira não deixam dúvidas de que a República é na verdade a tirania” (Prado, 2003 [1890], p. 3). Eduardo Prado apresentou sua tese, sustentou-a em nota de rodapé com fontes devidamente referenciadas e retornou ao argumento central, deixando claro que a “verdade” poderia ser comprovada por qualquer um que estivesse disposto a cotejar o texto com os materiais citados.

Os *Fastos da ditadura militar brasileira* e a *Ilusão americana* deram projeção nacional e internacional a Eduardo Prado, evidenciando não apenas o polemista político que desafiou o governo militar da jovem República brasileira, mas também o letrado treinado nos procedimentos que na época eram considerados constitutivos do método histórico. Em meados da década de 1890, Prado manteve constante interlocução com nomes de destaque na historiografia brasileira da época, como demonstra sua vasta correspondência. É essa documentação que analisamos a seguir.

A ARTICULAÇÃO ENTRE MÉTODO HISTÓRICO E CRÍTICA POLÍTICA NA CORRESPONDÊNCIA DE EDUARDO PRADO

Em 15 de outubro de 1895, Eduardo Prado promoveu um jantar em São Paulo para a comemoração do aniversário de D. Pedro II. Com o fim do governo militar de Floriano Peixoto em novembro de 1894, Prado retornou ao Brasil, convencido de que os riscos envolvendo a oposição ao regime já não eram tão grandes. Na ocasião, ele oficializou a compra do jornal *O Comércio de São Paulo*, até então de propriedade de César Ribeiro. O periódico se tornaria o veículo oficial dos restauradores. Entre os convidados estavam Basílio Machado, João Mendes, Afonso Arinos e Joaquim Nabuco. Esses homens avaliaram que o início do governo civil abria a possibilidade para que o movimento monarquista saísse da clandestinidade e se institucionalizasse em um partido político. Surgiu, assim, o Partido Monarquista, cujo manifesto de fundação foi publicado no *O Comércio de São Paulo* exatamente um mês depois do jantar, no sugestivo 15 de novembro, sexto aniversário da República. Assim, o militarismo político deixava de ser o principal tema da crítica política de Eduardo Prado. O autor diversificou seus interesses, passando a dedicar-se à história da colonização portuguesa na América, o que o colocou em constante interlocução com importantes intelectuais que também tinham interesse nos estudos históricos, como Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco e José Maria Paranhos da Silva Jr., o barão de Rio de Branco.

Em carta enviada a Paranhos da Silva Jr. em março de 1897, Capistrano de Abreu afirmou que “para conhecer o Brasil ninguém melhor do que Eduardo que, além de seu gosto pelo estudo da história, tem a inteligência para bem empregar seus lares de homem rico” (Abreu *apud* Viana Filho, 1952, p. 55). Eduardo Prado era o filho mais novo de uma das mais ricas e influentes famílias da oligarquia cafeeicultora paulista (Levi, 1977) e soube utilizar seus recursos para financiar suas atividades de pesquisa, como destacou Capistrano de Abreu. Poucos meses depois, o historiador cearense participaria das “Conferências Anchiétanas”, promovidas por Prado, que reuniam importantes nomes, como Rui Barbosa, Teodoro de Sampaio, Joaquim Nabuco e o próprio Capistrano de Abreu. Ao todo, foram apresentadas nove conferências, todas dedicadas ao tema do catolicismo na América portuguesa colonial (Alonso, 2009; Giarola, 2014)³. O evento repercutiu bastante, com ampla cobertura da imprensa e participação de altas autoridades da República, como o próprio presidente Prudente de Moraes. Campos Sales, na época presidente do Estado de São Paulo e que seria presidente da República entre 1898 e 1902, também estava presente. Porém, isso não significou que as “Conferências” tenham sido dóceis com o regime. Tratou-se mesmo de uma

ofensiva simbólica à intelectualidade republicana, na medida em que “os vetores da equação Império=decadência” foram invertidos, com os conferencistas se empenhando em “resgatar a tradição imperial”, definindo “o regime deposto como o ápice da civilização brasileira, enquanto a República seria a ruína (Alonso, 2009, p. 134). Ao que parece, os governantes brasileiros avaliaram que a República já estava consolidada o suficiente a ponto de conviver com esse tipo de ofensiva simbólica. Fato mesmo é que as “Conferências Anchietaianas” foram um evento de impacto na cena intelectual da época, quando não existia um sistema universitário instituído para atribuir/interditar o estatuto de “historiografia” aos trabalhos dedicados ao estudo do passado. A ausência de “cultura arquivística, de sociedades intelectuais independentes, do cuidado com a produção anterior, enfim, falta de uma orientação letrada, da recepção quanto àquilo que ia sendo publicado, de editoras, de jornais” (Amed, 2011, p. 140) tornavam o cenário historiográfico brasileiro finissecular um ambiente intelectual frágil, quando comparado ao campo profissional que seria instituído na segunda metade do século XX (Perez, 2018; Santos, 2018). Entretanto, a interlocução entre os letrados que, no final do século XIX, se dedicavam aos estudos históricos, indica a existência de comunidade historiográfica capaz de, relativamente, padronizar procedimentos e pactuar critérios de consagração (Cezar, 2011; Gomes, 1996). Os interlocutores de Eduardo Prado não tinham dúvidas a respeito de suas habilidades nos procedimentos da pesquisa histórica, como fica evidente na carta que Paranhos Jr enviou a Joaquim Nabuco em 1896.

Eduardo é um companheiro indispensável. Cada vez mais, ele é escravo do trabalho do historiador, sendo um poço de erudição a respeito das coisas da nossa terra. Agora, por exemplo, além dos antigos trabalhos, pensa num ensaio sobre os limites do Brasil com a Argentina, questão em que fora o Visconde, em 1856, o primeiro negociador brasileiro. Em pouco tempo, o bom Prado já recolheu uma torre de documentos sobre o assunto, e não cansa de examiná-los com crítica e rigor (Paranhos Jr. *apud* Viana Filho, 1947, p. 73).

Segundo Paranhos Jr., o que dava estatuto de historiador a Eduardo Prado era seu empenho em coletar e examinar os documentos. Em carta enviada ao próprio Paranhos Jr., Prado agradece os documentos que o “barão” lhe teria enviado “sobre a bandeira que os republicanos querem dar à pátria”, pois sem o material “eu não conseguiria apontar todas as imprecisões científicas e históricas do projeto. Ainda espero documentos sobre o comportamento de Benjamin Constant na Guerra do Paraguai” (Prado *apud* Viana Filho, 1947, p. 205). Eduardo Prado costumava dizer que Paranhos Jr. era dono de um “monumental acervo sobre a história do Brasil”, e por diversas vezes referenciou a biblioteca do diplomata como fonte dos documentos que analisava. Chama atenção como Prado acionou suas redes de

sociabilidade para ter acesso aos materiais que considerava imprescindíveis para municiar as críticas que dirigiu às instituições republicanas. Também Capistrano de Abreu destacou a importância que Eduardo Prado atribuía aos documentos históricos. Em carta enviada ao mesmo Paranhos Jr., o historiador cearense reconheceu a contribuição de Eduardo Prado aos seus estudos etnográficos, ao dizer que “graças a Eduardo já possuo o gênese e o evangelho de São Mateus, na língua escanoia, falada na Guiana e, segundo me parece, quase idêntica ao crixaná” (Abreu *apud* Viana Filho, 1947, p. 206). Os textos de Capistrano de Abreu já foram objetos de diversos estudos, que desde meados do século XX o colocam na posição de precursor da historiografia profissional brasileira. Foi José Honório Rodrigues quem “estabeleceu as linhas mestras para a leitura da produção de Capistrano, ao definir suas contribuições para a historiografia brasileira e, ao mesmo tempo, situá-lo em relação a uma tradição de estudos históricos” (Gontijo, 2011, p. 277). O lugar que José Honório Rodrigues atribuiu a Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira diz muito sobre a concepção de “metodologia do trabalho histórico” que inspirava o historiador cearense e o próprio Eduardo Prado. O fato de Capistrano de Abreu não ter se dedicado a escrever um tratado teórico-metodológico torna sua correspondência “uma fonte de consulta obrigatória, não apenas pelo valor biográfico do material, mas, sobretudo, pelas reflexões que nela se encontram sobre sua pesquisa que ajudam a compreender um pouco das práticas historiográficas de fins do século XIX e início do XX” (Oliveira, 2013, p. 28). Em carta enviada ao barão de Rio Branco, Prado diz que “as consultas a Capistrano vêm sendo de grande valia para os meus estudos sobre Vieira. Ele sabe aquilo que mais ninguém sabe, conhece documentos sem os quais seria impossível estudar a história dos jesuítas” (Prado, CSV/IHGSP).

). As cartas trocadas entre Capistrano de Abreu e Eduardo Prado sugerem frequente interlocução e estima recíproca. Para Prado, Capistrano de Abreu era um conselheiro, uma espécie de orientador, um “iniciador” na pesquisa histórica. “Sua última carta [de Capistrano de Abreu] me animou ainda mais a procurar o verdadeiro ponto de vista da história do Brasil: o sertão” (Prado, CSV/IHGSP). “[Capistrano de Abreu] é um armazém de sabedoria, com suas portas abertas dia e noite para todo aquele que deseja ser iniciado nos procedimentos da ciência histórica” (Prado, CSV/IHGSP). Capistrano era sete anos mais velho que Eduardo Prado e, naquela altura, era nacionalmente considerado um dos principais historiadores brasileiros⁴. O que mais impressionava Eduardo Prado era o vasto conhecimento que Capistrano de Abreu tinha dos documentos relativos ao período colonial, e a importância que ele atribuía às fontes primárias era tão grande a ponto de sugerir o trânsito do historiador pelas fronteiras do antiquarismo. Prado sabia disso a ponto de explorar intensamente

a relação com Capistrano nas buscas de fontes primárias que lhe interessavam. Entretanto, seria equivocado acreditar que essa relação era demasiadamente hierarquizada, pois o próprio Capistrano se beneficiou das pesquisas desenvolvidas por Eduardo Prado em arquivos europeus. Em carta a Guilherme Studardt e escrita em 1904, ou seja, três anos depois da morte de Eduardo Prado, Capistrano de Abreu rememora o vínculo de colaboração intelectual que estabeleceu com o escritor paulista.

Por intermédio de Eduardo Prado, fiquei sabendo que há em Évora, uma tradução portuguesa sobre Vieira. Há dois exemplares da 1ª edição de Antonil. A segunda, feita aqui em 1837, não é comum, mas encontra-se uma vez por outra; ainda há dois anos, comprei um exemplar para dar de presente a Eduardo Prado. Creio que será fácil obter cópia do processo do Padre Manuel Morais. Está, com outros processos da Inquisição, ou na Biblioteca Nacional ou na Torre do Tombo. Nela foi extraída, não há muito tempo, cópia para Eduardo, que acumulou muitos documentos sobre o padre, no seu projeto de escrever-lhe a biografia. Vou procurar o processo na sua biblioteca (Abreu, 1977, p. 63).

Eduardo Prado e Capistrano de Abreu, portanto, trocaram conselhos e informações sobre documentos e compartilharam o interesse pela “história do sertão”, principalmente naquilo que se refere à contribuição dos indígenas, bandeirantes e jesuítas para a formação da nacionalidade brasileira. Ambos os autores desejavam investigar o processo de ocupação do território brasileiro, no “entranhamento da civilização nos rincões do Novo Mundo” (Prado *apud* Viana Filho 1947, p. 205), como Eduardo Prado escreveu em carta enviada a Paranhos Jr. O caboclo é personagem fundamental na historiografia de Eduardo Prado, que tratou, especialmente, dos contatos da cultura europeia com as culturas indígenas (Leonzo, 1993; Rodrigues, 1988). Em carta a Joaquim Nabuco, Prado disse que “o caboclo guarda o que há de melhor nas raças branca e indígena” sendo, portanto, “um homem forte e o guardador dos traços mais genuínos da nossa nacionalidade” (Prado *apud* Nabuco, 1935 [1897], p. 373). Ao abordar a relação entre europeus e nativos nessa perspectiva, Prado estabeleceu um intenso diálogo com a tradição dos estudos etnográficos que há décadas vinham sendo desenvolvidos pelos sócios do IHGB e pelo próprio Capistrano de Abreu, responsáveis pela organização e disponibilização de textos escritos pelos padres jesuítas entre os séculos XVI e XVII (Oliveira, 2013; Turin, 2014). Nas palavras de Capistrano de Abreu, “uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuímos será presunçoso quem quiser escrever a história do Brasil” (Abreu, 1977, p. 88)⁵. Eduardo Prado seguiu com rigor e dedicação a sugestão de Capistrano, dedicando os últimos anos de sua vida à história da colonização portuguesa e na América, com especial atenção à Ordem dos Jesuítas, que na sua percepção

tinha prestado “indispensável serviço à civilização ao inocular nos indígenas a luz da palavra de Cristo” (Prado *apud* Nabuco, 1935 [1897], p. 373), como escreveu em carta destinada a Joaquim Nabuco.

Todo o esforço de pesquisa e escrita historiográfica empreendido por Eduardo Prado estava prefigurado por uma relação agônica com o tempo presente. O autor estava convencido de que o “pronunciamento” de 15 de novembro de 1889 significava a destruição das tradições instituídas no Brasil pela colonização portuguesa e que representavam o pilar da civilização brasileira. Preservar essa memória foi o compromisso político que o levou a se especializar na história colonial, com demonstramos a seguir.

ELOGIO À COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E CRÍTICA À REPÚBLICA BRASILEIRA NA HISTORIOGRAFIA DE EDUARDO PRADO NO FINAL DA DÉCADA DE 1890

O interesse de Eduardo Prado na história brasileira precede à Proclamação da República, como demonstra o texto “*L’Art*”, publicado em maio 1889 como parte do material preparado para a exposição universal de Paris. Na ocasião, Prado era membro da comitiva liderada por Paranhos Jr., o então barão de Rio Branco, que representou o Brasil no evento. Já naquele momento, podemos perceber seu interesse pelo período colonial, que o autor profundaria ao longo da década de 1890, com a diferença de que neste primeiro momento a ênfase estava nas sociedades indígenas pré-coloniais e não exatamente na “ação civilizatória” da colonização portuguesa. No primeiro parágrafo do texto, escrito originalmente em francês, Prado diz que “descobertas recentes apontam para a produção de uma peculiar arte de ornamentação e de certo desenvolvimento de uma bela arte em tribos mais avançadas” (Prado, 1904 [1889], p. 4). Após essa afirmação, o autor dedicou três páginas à citação de estudos etnográficos realizados por europeus que sustentam a sua argumentação, e, posteriormente, examinou os relatos dos viajantes dos séculos XVI e XVII, afirmando que “todos os viajantes que visitaram o Brasil comentam a grande disposição musical dos seus habitantes. Os primeiros missionários se encantaram com a facilidade com a qual os índios aprendiam os cantos da Igreja” (Prado, 1904 [1889], p. 79). Entre esses relatos, Prado destaca os de Jean de Léry, para quem “o trato dos índios com as penas dos pássaros evidencia a existência de uma tradição estética própria do Brasil, fruto do trabalho dos selvagens que habitavam a terra antes da chegada dos portugueses” (Prado, 1904 [1889], p. 4). Novamente, chama atenção como Prado colocou em prática os procedimentos considerados constitutivos do ofício do historiador. Delimitou o objeto, analisou as fontes primárias,

dialogou com a bibliografia especializada e apresentou uma tese, que afirmava o “evoluído desenvolvimento dos povos primitivos do Brasil antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses” (Prado, 1904 [1889], p. 5). Como a República ainda não existia, obviamente o interesse não era defender a restauração da Monarquia, mas, sim, reivindicar uma ancestralidade grandiosa para o desenvolvimento da civilização brasileira, o que já era recorrente desde meados do século XIX, sobretudo nos quadros do IHGB (Turin, 2014). Portanto, ao escrever sobre o Brasil para a exposição universal que estava acontecendo no suposto centro da “civilização ocidental”, Eduardo Prado pretendia apresentar o Brasil como herdeiro não apenas da “civilização europeia”, mas também do “alto grau de desenvolvimento das tribos primitivas” (Prado, 1904 [1889], p. 7).

A dimensão política da historiografia de Eduardo Prado mudou sensivelmente na segunda metade da década de 1890, ainda que a ênfase tenha permanecido nos povos indígenas. O principal objetivo passou a ser o elogio à colonização portuguesa na América, da qual a Monarquia derrubada em novembro de 1889 era considerada a herdeira, sendo a República tratada como regime criminoso que corrompeu pela força das armas esse legado de civilização e progresso. Prado publicou duas monografias em que desenvolveu o argumento: os textos “O catolicismo, a companhia de Jesus e a colonização do Novo Mundo”, apresentado em 1897 nas já mencionadas “Conferências Anchiéticas”, e “Os espanhóis no salto de Avanhandava”, apresentado em conferência no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1899.

“Os cem anos que medeiam entre a descoberta da América e a data da morte de Anchieta constituem uma época decisiva na história da humanidade” (Prado, 1979 [1897], p. 16). Ao começar sua apresentação nas “conferências” dessa forma, Prado deixou claro que seu interesse não era tão somente “fazer uma crônica da vida do padre Anchieta”, mas sim “compreender como o sacerdote contribuiu para a História da construção da civilização brasileira” (Prado, 1979 [1897], p. 17). Novamente, **ele** define a crônica como um gênero de estatuto epistemológico menor quando comparado à “História da Civilização”. Mas o que o autor entendia ser a “civilização” no caso da realidade histórica brasileira?

Foram os bandeirantes paulistas os bravos caboclos que tiveram a coragem de adentrar o sertão e domar bravura da natureza, que era o grande empecilho para implantação da civilização no Brasil. Seguindo a trilha aberta pelas bandeiras, foram os jesuítas que enfrentando toda a sorte de desafios e domando a braveza da natureza e do selvagem, sobrevivendo com a coragem de quem é impulsionado pela palavra de Cristo (Prado, 1979 [1897], p. 23).

"Civilizar", para Eduardo Prado, significava "domar a bravura da natureza" e ocupar o interior do território. Por isso, o "sertão" tornou-se personagem tão importante **em sua interpretação da história do Brasil**, pois "somente longe das facilidades do litoral é possível mensurar a real vitalidade do movimento colonizador" (Prado, 1979 [1897], p. 24). O litoral seria, então, o lugar da comodidade, da artificialidade bacharelesca, enquanto o sertão seria o destino do movimento colonial. A colonização não é entendida como um ato de dominação e violência, mas, sim, como um gesto de desbravamento que demandava coragem e somente poderia ser feito pelos bandeirantes "caboclos" e pelos jesuítas. Trata-se do elogio à associação entre religiosos e mestiços, o que teria dado origem a "uma forma peculiar de catolicismo que mesmo mantendo-se fiel aos desígnios de Roma mostrou ao mundo uma configuração religiosa específica, fruto do cruzamento de raças que funda a nacionalidade brasileira" (Prado, 1979 [1897], p. 29). Ao mobilizar a imagem da natureza tropical hostil para destacar a atuação de bandeirantes e jesuítas durante o período colonial, Prado pretendia elogiar a própria colonização portuguesa, pois, nas suas palavras, "o colonizador português era mais propenso que outros povos europeus à missão civilizatória nos trópicos". Os holandeses, diz o autor, não conseguiram fazer algo "permanente no Brasil, como uniformizar a língua, adentrar o sertão, dominar a hostilidade dos trópicos e inserir o índio no seio da civilização" (Prado, 1979 [1897], p. 4). O argumento de Eduardo Prado ensejou uma determinada interpretação do Brasil que teve vida longa na história do pensamento social brasileiro, chegando a Gilberto Freyre e Guimarães Rosa, passando por Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Nessa interpretação, "o Brasil do sertão, católico e mestiço", é definido como o traço genuíno da nacionalidade, enquanto o "Brasil do litoral, laico e liberal" seria a importação de elementos estranhos à essência nacional, sobretudo pela influência dos Estados Unidos institucionalizada a partir da Proclamação da República (Barboza Filho, 2010). Para Eduardo Prado, os jesuítas foram os principais responsáveis pelo sucesso da ação colonial portuguesa na América.

Ao chegarem os primeiros jesuítas vindos para o Brasil, havia meio século da descoberta. Os resultados da colonização até então haviam sido quase nulos. Cultivava-se algum açúcar em S. Vicente, parece mesmo que em Pernambuco, com o índio escravizado; mas o índio, na escravidão, protestava morrendo, e os seus irmãos da floresta atacavam e muitas vezes destroçavam os portugueses. Não se pensaram, por assim dizer, em catequese. [...] Os jesuítas foram os primeiros clérigos que aprenderam a língua indígena e nela pregaram. Vieram eles para o Brasil, quando veio o primeiro governador-geral Tomé de Souza, e assim, na mesma ocasião em que a ordem civil se regularizou pela sua centralização, o Brasil religioso começava, por assim dizer, a ter uma existência real (Prado, 1979 [1897], p. 25).

Um dos principais instrumentos utilizados pelos colonizadores teria sido a linguagem, pois foi justamente, em um exercício de tradução linguística que os padres jesuítas “domaram a selvageria dos índios”, transmitindo, assim, os valores da civilização cristã. O elogio ao papel civilizatório dos jesuítas levou Eduardo Prado a criticar Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, que em meados do século XVII conduziu o Império português.

No século passado Pombal, que tinha a singular mania de regular a sua política pelo que deles dissessem os estrangeiros, inundou a Europa de livros, folhetos, em todas as línguas contra os jesuítas. Das estantes dessa majestosa livraria, em grande parte formada em fins do século XVIII, contemplam-nos muitas dessas obras hoje voltadas ao repouso do esquecimento, e deve ser uma contrariedade para os espíritos daqueles escritores oficiais, defuntos colaboradores da defunta tirania, o terem se assistir, presentes nas páginas dos seus livros, a esta solenidade em que são honradas as suas vítimas de outrora. Preparava Pombal o golpe insensato da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, ato que foi para o Império ultramarino português ouro Alcácer-Quibir, com o do século XVI para o reino lusitano. Com a expulsão dos jesuítas, no século passado, a civilização recuou centenas de léguas dos centros do continente africano e do Brasil (Prado, 1979 [1897], p. 33).

A crítica ao governo de Pombal, como podemos perceber, é um desdobramento do elogio à missão civilizatória da Companhia de Jesus. Nesse sentido, a jornada que a administração pombalina travou contra os jesuítas teria representado um retrocesso **civilizatório** nos domínios portugueses, o que não teve consequências piores porque, após a queda do ministro chefe, Dona Maria I recolocou o Império nos trilhos **da fé cristã**, “que tão sabiamente foram ordenados pelo Concílio de Trento” (Prado, 1979 [1897], p. 27). Ao destacar a importância dos padres Jesuítas para a “construção da civilização brasileira”, Prado comentou o livro *História geral da civilização brasileira*, escrito por Varnhagen e publicado entre 1854 e 1857.

O nosso historiador, o eminente e excêntrico Varnhagen, que tem toda a dureza de um saxão que era e uma inexplicável índole depressora de toda a grandeza e de toda a beleza, que é enfim o homem que em nossa história menoscaba de todas as heroicidades, da de Anchieta e da de Tiradentes, diz que os jesuítas foram outros orfeus, que souberam humanizar as novas feras humanas (Prado, 1979 [1897], p. 25).

Tal como os outros historiadores da sua geração, Eduardo Prado reconhece Varnhagen como o “nosso historiador”, ou seja, o pesquisador responsável pela produção da principal obra sobre a história nacional. Porém, **a exemplo de** Capistrano de Abreu, Prado também destacou a “dureza saxônica” do texto de Varnhagen, o que traduziria pouco apreço pelos “grandes movimentos da história nacional”. As críticas a Varnhagen não pararam por aí,

sendo direcionadas ao coração do projeto civilizatório que Eduardo Prado acreditava ser o fundamento do livro *História geral da civilização brasileira*.

Varnhagen, porém, era partidário da exterminação do índio, e, no seu singular patriotismo, odiava o caboclo brasileiro. E o caboclo é, no entanto, um homem que todos devemos admirar pela sua força e porque, afinal de contas, ele é que é o Brasil, o Brasil real, bem diferente do cosmopolitismo artificial em que vivemos, nós, os habitantes desta grande cidade. Foi ele quem fez o Brasil (Prado, 1979 [1897], p. 26).

Prado acusou Varnhagen de alimentar um sentimento de desprezo pelos indígenas, o que apontava para um projeto de nação excludente que não contemplava as populações nativas. Na leitura de Eduardo Prado, Varnhagen defendeu o extermínio dos indígenas como a única forma de resolver aquilo que era considerado o entrave civilizatório representado pelo atraso cultural dos nativos. Essa acusação nos leva ao cerne das disputas que marcaram os debates etnográficos que estavam sendo travados dentro do IHGB desde meados do século XIX. Existiam os autores que defendiam a catequese, argumentando que as sociedades indígenas não eram primitivas, mas, sim, formas decaídas de civilizações anteriores. O argumento pode ser encontrado no *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl von Martius, publicado em 1843, sendo um dos “textos de fundação” do instituto (Guimarães, 2010). Martius (2010 [1842], p. 71) sustentava a expectativa de que os “povos que viviam na terra de Santa Cruz antes da chegada dos portugueses” faziam parte de uma “civilização superior”, da mesma forma como aconteceu no México e no Peru. Mesmo reconhecendo o fato de “ainda não se terem achado construções” capazes de comprovar a existência dessa “civilização superior”, Martius acreditava que isso não significa que as ruínas não estivessem em algum lugar do território nacional. Encontrá-las, inclusive, seria um dos objetivos para os membros do IHGB, pois, já que o instituto pretendia escrever a história de uma “civilização nos trópicos”, era importante reivindicar uma ancestralidade para essa civilização que precedesse até mesmo à chegada dos portugueses, o que comprovaria a aptidão dos “selvagens” ao empreendimento colonial, que deveria ser coordenado pelo Estado nacional (Turin, 2014). No outro lado da disputa estavam autores que, como Varnhagen, afirmavam a “incapacidade dos ‘selvagens’ de sair de seu estado de natureza” (Turin, 2014, p. 46), o que tornaria a colonização ineficaz. Existia, portanto, uma tradição conflituosa no debate político/intelectual brasileiro da segunda metade do século XIX a respeito do lugar que o indígena deveria ocupar nas representações historiográficas da nação. Eduardo Prado tomou parte nessa discussão, ao se vincular à proposta verbalizada por autores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Joaquim Norberto, von Martius e Januário da Cunha

Barbosa, que atribuíram outra historicidade para os selvagens, **considerando-os** restos de civilizações mais antigas (Turin, 2014). A qualidade de “decaídos” **era** mais adequada à teoria cristã da criação e da revelação. A conclusão, daí retirada, era que **os nativos** seriam igualmente capazes de constituir uma civilização, com todos os seus atributos: comércio, religião, governo, o que “tornava mais viável o projeto de catequização, uma vez que essas sociedades, em algum momento do passado, já teriam experimentado uma existência social mais complexa e, por conseguinte, reconheceriam e aprenderiam com mais rapidez as práticas e valores da civilização” (Turin, 2014, p. 46).

Em 1899, na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Prado analisou os estudos desenvolvidos pelo historiador espanhol D. Felix de Azara no início do século XIX, o “mais célebre, o mais simpático estudioso da história do Rio da Prata” (Prado, 1906 [1899], p. 47). O objetivo era criticar a hipótese proposta por Azara de que foram os espanhóis responsáveis pela conquista do território onde, posteriormente, seria fundada a cidade de São Paulo. Prado apresenta informações a respeito da biografia do historiador espanhol, exercício que ele mobilizou como estratégia para desacreditar o argumento do historiador espanhol e valorizar a atuação dos padres jesuítas no povoamento do interior da América Portuguesa.

Dos trinta e cinco anos de idade aos cinquenta e cinco, durante vinte longos anos, aquele fidalgo espanhol, que, em 1781, viera ter à América do Sul, na qualidade de um dos comissários encarregados da delimitação territorial entre os domínios espanhóis e portugueses e estudou com zelo toda a sua atividade e todas as forças de sua inteligência (Prado, 1906 [1899], p. 47).

Eduardo Prado argumenta que a interpretação desenvolvida Felix de Azara deveria ser lida à luz da sua posição de diplomata a serviço da coroa espanhola. O historiador brasileiro não ficou limitado a essa denúncia e trouxe para o primeiro plano de análise uma quantidade enorme de documentos, buscando compreender “onde foi Azara, que escreveu duzentos e tantos anos depois dos acontecimentos, buscar essa notícia, que em vão se procurará nas fontes, senão contemporâneas, ao menos mais chegadas aos fatos?” (Prado, 1906 [1899], p. 150). Prado começa, então, a cotejar o estudo de Azara com as fontes coevas, pois “à medida que remontamos às fontes de informações de Azara, vai empalidecendo a notícia da batalha do Avandava” (Prado, 1906 [1899], p. 160-161). Entre as fontes mobilizadas por Prado, têm especial destaque os escritos, produzidos no início do século XVII, pelo “padre Lozano, uma das fontes citadas por Azara, [que] não fala nem em segundo assalto, nem em Avandava”.

[O Padre Lozano] era um verdadeiro tipo de historiador, compreendido à moda do nosso século, ainda que tenha vivido no século XVI. Nessa época, tudo era pretexto para o que França se chamava na técnica dos escritores – *des morceaux* –isto é, ampliações literárias, em cuja redação a verdade histórica passava a ser coisa secundária” (Prado, 1906 [1899], p. 155).

Apresentado como contraponto de Felix de Azara, o padre Lozano é qualificado como um “verdadeiro historiador” não apenas na lógica das virtudes cognitivas, mas também em termos de superioridade moral, por causa do seu pertencimento à Igreja Católica, “que tão importante missão civilizatória desempenhou no Novo Mundo e que hoje é algo tão desprezado pelo laicismo moderno” (Prado, 1906 [1899], p. 163). Vemos, aqui, a dimensão política da historiografia desenvolvida por Eduardo Prado. O objetivo era não apenas apresentar uma análise a respeito da ocupação do território na América Portuguesa, mas também, e principalmente, elogiar a atuação da Igreja Católica nesse processo, ao mesmo tempo que retomava a crítica ao laicismo imposto pela República que ele havia feito no início da década (Perez, 2025a). A República é rejeitada pelo autor, sobretudo, porque representaria a ruptura de um *continuum* histórico, de uma longa tradição responsável pelo ingresso do Brasil no concerto das “nações civilizadas”. Contra a história da colonização, portanto, significava, antes de tudo, narrar a história do colapso, da destruição da própria nacionalidade. Como acontece com todo historiador, o presente não é apenas o lugar que abriga a historiografia produzida por Eduardo Prado; é, sobretudo, a moldura que limita e potencializa o gesto, sempre político, de analisar o passado.

PARA CONCLUIR, UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE HISTORIOGRAFIA E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Desde a Antiguidade que o engajamento político é um dos fatores constitutivos do processo de elaboração de enunciados historiográficos. Basta lembrar, por exemplo, que tanto Heródoto como Tucídides narraram guerras que testemunharam, sempre assumindo um lado, seja como o grego a escrever sobre os bárbaros com o objetivo de reforçar a identidade dos outros gregos, ou como o ateniense que converteu a *polis* em protagonista de sua narrativa (Hartog, 1999; Momigliano, 2003). Também na tradição retórica o engajamento político é constitutivo da produção historiográfica. Afinal, nas palavras de Cícero (2005, p. 74), “que voz que não a do orador pode torná-la [a história] imortal?”. Na posição de homem público, a função do orador/historiador é instrumentalizar a memória em função de conhecimentos úteis à comunidade. Não à toa, a historiografia tem lugar estratégico na racionalidade político/administrativa de autores que produziram no registro retórico, como Maquiavel, que atuou como

“secretário do poder, municiando o governante com memórias capazes de potencializar o exercício da dominação” (Teixeira, 2010, p. 63).

Na modernidade, a ciência histórica tentou depurar o engajamento político da produção historiográfica, a partir de uma concepção de temporalidade que estabeleceu relação de exterioridade recíproca entre passado e presente. O passado seria, assim, objeto de uma intervenção metodológica que, partindo do presente, pretendia manter-se imune às influências consideradas danosas à operação metodológica (Bevernage; Lorenz, 2013). Nos tratados de fundação do campo disciplinar, Humboldt (2010, p. 82) desaconselhou os estudos dedicados ao tempo presente, ao dizer que a “verdade histórica pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos”, enquanto Ranke (2010, p. 207) defendeu a “imparcialidade”, entendida como interesse investigativo universal capaz de se colocar acima do “espírito dos partidos”. É, no mínimo, questionável a capacidade dos historiadores vinculados à Escola Metódica em evitar os efeitos de presença no conhecimento que produziam, visto seu profundo envolvimento com as estruturas de poder do Estado nacional.

No século XX, o tema do engajamento político foi tratado com menos constrangimento pelos historiadores, seja pela “história problema” formulada pelos *Annales*, com sua proposta de movimento “a contrapelo” no fluxo do tempo (Bloch, 2001 [1949]), ou mesmo a partir do encontro com os movimentos sociais organizados, já na década de 1980, e que no Brasil mostrou-se fundamental para os estudos dedicados aos sujeitos historicamente oprimidos, como mulheres, negros e indígenas (Perez, 2018). O “giro ético” político (Araújo; Rangel, 2015), portanto, não é uma novidade dos nossos tempos, e de alguma forma atravessa toda a historiografia, com concepções distintas a respeito dos valores que deveriam inspirar o engajamento político dos historiadores.

Nosso objetivo neste artigo foi examinar uma modalidade específica de engajamento político/historiográfico, performada por um autor que escreveu no final do século XIX, quando os procedimentos disciplinares que delimitaram o campo histórico já estavam disponíveis no repertório intelectual. Eduardo Prado jamais escondeu as motivações políticas de seus trabalhos de pesquisa, o que não o impediu de ser reconhecido como um historiador talentoso e produtivo por seus interlocutores. Em 9 de agosto de 1901, pouco dias antes de morrer, Prado discursou na sua cerimônia de posse no IHGB, e outra vez deixou evidente quais eram as motivações políticas de sua historiografia.

Fundado por patriotas, numa época de patriotismo infelizmente hoje distante, tendo, por fim, a investigação do passado: ilustrado pela cooperação de grandes brasileiros; prezado dos sábios, este instituto, votado para o estudo da história, é ele próprio já um largo pedaço da história do

saber brasileiro. Poderá talvez uma fatalidade destrutora ter pesado sobre esse instituto, mas os senhores estiveram firmes, por vossa digna e longa carreira e aqui estão para ajudar a preservar a memória dos tempos áureos da nacionalidade brasileira (Prado, 1906 [1899], p. 227).

O posicionamento político de Eduardo Prado é cristalino, com os “tempos da Monarquia” sendo tratados como uma “distante época de patriotismo”, e a República sendo definida como “fatalidade destrutora”. Mesmo com o fim dos governos militares, ainda que tenha recebido em suas “Conferências Anchietanas” o próprio presidente da República, acompanhado daquele que ocuparia o cargo no mandato seguinte, a conciliação de Prado com o regime jamais aconteceu. Talvez por isso seu ingresso no IHGB tenha sido tardio, já que nos primeiros anos da República, o instituto tentou manter seu “recinto imune às dissensões políticas” (Castro, 1896, p. 74), como disse Olegário Herculano de Aquino Castro, presidente do IHGB entre 1895 e 1897. Seja como for, era de amplo conhecimento da comunidade letrada brasileira do final do século XIX que o nome de Eduardo Prado representava a defesa da Monarquia e a crítica à República, em um primeiro momento, na ação política deliberadamente restauradora, e posteriormente, no plano da historiografia, no qual método histórico e crítica política estavam explicitamente vinculados.

Conflitos de interesse: Nada a declarar.

Fonte de financiamento: Não Possui.

Contribuição dos autores: Não se aplica.

Declaração de disponibilidade de dados: Este estudo não utilizou dados passíveis de compartilhamento.

NOTAS

1 Os estudos especializados no movimento monarquista durante os primeiros anos da República são unânimes em destacar a liderança de Eduardo Prado entre políticos e intelectuais restauradores, como Afonso Arinos, Theodoro Sampaio, Brasília Machado, Joaquim Nabuco, João Mendes Jr, Couto de Magalhães Sobrinho e Carlos de Laet.

2 Se tomarmos o texto “O conceito de história universal”, escrito por Leopold Ranke e publicado em 1831, como um dos tratados de fundação metodológica do campo histórico (Caldas, 2007; Koslowski, 2005; Padilla, 2002), perceberemos a definição da “fonte” como o fundamento metodológico da ciência histórica. A pesquisa empírica é tratada por Ranke

como aquilo que distingue o ofício do historiador do procedimento do filósofo, tratado como abstrato e autoritário, e do registro do cronista, considerado insuficiente para o conhecimento da verdade histórica. A preocupação de Eduardo Prado com a referência das fontes, portanto, demonstra como o autor estava atento aos debates teórico/metodológicos que ao longo do século XIX delinearam a identidade disciplinar da ciência histórica, textos que ele conhecia, considerando o catálogo de sua biblioteca pessoal (Perez, 2015).

3 As conferências foram: “O apostolado católico”, por Francisco de Paula Rodrigues; “O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no século XVI”, por Eduardo Prado; “Anchieta: narração da sua vida”, por Brasília Machado; “Anchieta em São Paulo”, por Teodoro Sampaio; “A pregação, o método de ensino e de catequese dos Índios usado pelos Jesuítas e por Anchieta. Missões e peregrinações”, pelo Padre Novais; “Anchieta na poesia e nas lendas brasileiras”, por João Monteiro; “Anchieta e a raça e a língua indígenas”, pelo General Couto de Magalhães; “Anchieta, poeta e escritor”, por Rui Barbosa; “A sublimidade moral de Anchieta, histórico e análise do processo de beatificação”, pelo Cônego Manuel Vicente; “Papel político de Anchieta na obra da conquista portuguesa e na constituição da sociedade colonial”, por Ferreira Viana; “A bibliografia e a iconografia de Anchieta e do seu tempo”, por Capistrano de Abreu; “Da significação nacional do centenário anchietano”, por Joaquim Nabuco.

4 Capistrano de Abreu se instalou na Corte do Rio de Janeiro em 1875. Três anos depois, ele ganhou certa projeção ao escrever o necrológio de Varnhagen. A partir de então, a sua ascensão no incipiente meio intelectual da época foi relativamente rápida. Em 1879, após concurso público, o historiador cearense foi nomeado bibliotecário oficial da Biblioteca Nacional, cargo que foi fundamental para o seu trabalho de coleta e organização dos documentos históricos. Em 1883 ele foi aprovado, também em concurso público, para a cadeira de “corografia e história” no Colégio D. Pedro II, com a tese que se tornaria uma referência importante na historiografia brasileira, intitulada “Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”.

5 Segundo Maria da Glória Oliveira (2013, p. 66): Entre 1880 e 1890, Capistrano atribuiu autoria do manuscrito “Clima do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar” (1881) ao missionário português Fernão Cardim; identificou escritos do padre José de Anchieta, como a “Informação do Brasil e suas capitanias em 1583” (1886); publicou textos de Manoel de Nóbrega e outros jesuítas (1886); editou a primeira versão na integral da História do Brasil de frei Vicente do Salvador (1886); identificou como de Antonil (1886) a autoria de *Cultura e opulência do Brasil*, além de ter traduzido do alemão as obras

de J. E. Wappaeus, a *Geografia física do Brasil* (1884), de A. W. Sellin, *Geografia geral do Brasil* (1889) e do inglês H. H. Smith, *Viagem pelo Brasil* (1886).

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Correspondência (Vol. 1)*. Organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; MEC, 1977. p. 205.

ABREU, Capistrano. Necrológio de Eduardo Prado. *Jornal do Comércio*, São Paulo, 5 set. 1901.

ABREU, Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. *Jornal do Comércio*, São Paulo, 20 dez. 1878.

ALONSO, Ângela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, p. 131-148, p. 146, nov. 2009.

AMED, Fernando. Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 125-150.

ARAÚJO, Valde; RANGEL, Marcelo de Mello. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015.

ARMANI, Carlos Henrique. O Brasil na sombra dos ESTADOS UNIDOS: discursos sobre autodeterminação nacional em Eduardo Prado e Araripe Jr. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 84, 2020.

BARBOZA FILHO, Ruben. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 15-64, 2010.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. (ed.). *Breaking up Time*. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. (Schriftenreihe der FRIAS School of History, v. 7).

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Vida literária no período de Prudente de Moraes (1894-1898): Eduardo Prado, pensamento oligárquico e restauração monárquica. In: SILVA, Fernanda Teixeira; NAXARA, Márcia Regina Capilari; CAMILOTTI, Virginia C. *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Ed. Unesp, 2023. p. 83-105.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1949].

CALDAS, Pedro. O espírito dos papéis mortos: um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Ranke. *Emblemas*, Catalão, n. 1, p. 23-58, 2007.

CAMPOS, Elton de Souza. Discursos pan-americanistas: Salvador de Mendonça e o reconhecimento da República brasileira pelos Estados Unidos (1889-1913). *CLIO: Revista Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 2, jul./dez. 2019.

CARVALHO, José Murilo. Eduardo Prado e a polêmica do iberismo e do americanismo. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 13, 2008.

CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. *Discursos*. Tomo 62. Parte II. [S. l. s. n.], 1896. p. 312-313

- CEZAR, Temistócles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira *et al.* (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2011. p. 93-124.
- CÍCERO, Marco Tullius. *Do sumo bem e do sumo mal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- COLEÇÃO SPENCER VAMPRE (CSV-IHGSP). Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- FELGUEIRAS, Carmen Lúcia Tavares. *O Futuro e suas Ilusões*. Os Estados Unidos de Monteiro Lobato e Eduardo Prado. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- GIAROLA, Flávio Raimundo. Os "pastores guerreiros": Jesuítas, Catolicismo e história no pensamento monarquista-católico. *Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- GOMES, Amanda Muzi. Monarquistas, restauradores e jacobinos: ativismo político. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 284-302, 2008.
- GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira *et al.* *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 277-290.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de Fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010 [1842]. p. 61-94.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (apresentação de Pedro Caldas). In: MARTINS, Estevão Rezende. *História repensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 71-100.
- KOSLOWSKI, Peter. *History as the Control of Speculation: Schelling's Discovery of History and Baader's Critique of Absolute Historicity*. Berlin: Springer, 2005.
- JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- LEONZO, Nancy. *A historiografia antirrepublicana: a obra de Eduardo Prado*. São Paulo: Edusp, 1993.
- LEVI, Darrel E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010 [1842]. p. 61-94.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Ed. Unesp, 2003.
- MOREIRA, Felipe Alves. *A Geração de 70: notas pra história de um conceito*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2012.
- MOTTA FILHO, Cândido. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1967.
- NABUCO, Joaquim. *Obras completas* (organização de Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1935 [1897].
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PADILLA, Guilherme. *La cultura moderna de la Historia: una aproximación teórica e historiográfica*. Ciudad de México, El Colegio de México, 2002.

PAGANO, Sebastião. *Eduardo Prado e sua época*. São Paulo: Ed. O Cetro, 1967.

PEREZ, Rodrigo. As afinidades entre a crítica política de Eduardo Prado e o pensamento histórico de José Murilo de Carvalho. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 41, 2025a.

PEREZ, Rodrigo. Os signos da República e da Tirania na crítica política de Eduardo Prado durante a transição do século XIX para o século XX. *Ciências Sociais Em Revista*, [s. l.], v. 61, n. 2, 2025b.

PEREZ, Rodrigo. *O conservadorismo de Eduardo Prado: a combinação entre os repertórios antigo e moderno do pensamento político ocidental*. 2015. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PEREZ, Rodrigo. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 11, n. 26, 2018.

PEREZ, Rodrigo. Uma República luso-brasileira das letras: amizade e socialização intelectual entre Eduardo Prado, Ramalho Ortigão e Eça de Queirós no final do século XIX. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 166-185, 2017.

PRADO, Eduardo. Diário pessoal. Coleção Spencer Vampré (SP/IHGB). Pasta 32, doc. 7.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1980 [1893].

PRADO, Eduardo. *Coletâneas (Vol 1)*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904 [1889].

PRADO, Eduardo. *Coletâneas (Vol 3)*. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1906 [1899].

PRADO, Eduardo. *Conferências anchietanas*. São Paulo: Comissão Nacional para as comemorações do dia de Anchieta, 1979 [1897].

PRADO, Eduardo. Discurso de posse. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 64, parte II, 1901.

PRADO, Eduardo. *Fatos da ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1890].

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal (apresentação de Sérgio da Mata). In: MARTINS, Estevão Rezende. *História repensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 187-216.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: a historiografia conservadora*. Volume II. Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1988.

SANTOS, Wagner Geminiano. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: Retórica, Prudência e História em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão de Rio Branco*. São Paulo: C&Z Ed., 1952.

VIANA FILHO, Luís. *O arquivo do Barão de Rio Branco*. São Paulo: C&Z Ed., 1947.